



**CONTRIBUIÇÕES DA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL PARA INSERÇÃO DE PROFISSIONAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (RS-BRASIL)**

Jane Cruz Prates<sup>1</sup>  
Thaís Teixeira Closs<sup>2</sup>  
Andréia Mendes dos Santos<sup>3</sup>  
Isadora K Lartigau<sup>4</sup>  
Jacqueline Carbonari<sup>5</sup>

Para explicar a questão social no contexto brasileiro, porque o pensamento dialético quer explicar, entender a vida da realidade, é preciso ter a clareza de que a própria concepção de questão social é um conceito dialético, porque forjado pela contradição. Contradição que resulta da sociedade capitalista madura e que tem na acumulação e na exploração suas molas propulsoras, mas que, como contraponto, provoca a rebeldia como resistência às desigualdades impostas aos que vendem a força de trabalho e aqueles que, mesmo somente dela dispoem como bem, nem mesmo conseguem mais vendê-la, porque sobram, para utilizar a expressão de Castel (2000).

É esse movimento antagônico que irá diferenciar uma demanda social, da questão social, ou melhor dito, fazer com que a demanda social se constitua como questão social. Pois somente quando a demanda exerce a pressão, ou tem força de pressão é que provocará uma resposta do poder instituído para que a convulsão social não se materialize e não desestabilize o poder hegemônico. Esta é a razão pela qual temos de reconhecer o caráter contraditório das políticas sociais – que são constituídas para minimizar a tensão provocada pela questão social, portanto têm caráter conformador, mas ao mesmo tempo ( como negação inclusiva ou como unidade na diversidade) se constituem em espaços de luta, mobilização e resistência. (PRATES, COUTO e AGUINSKY, 2007)

---

<sup>1</sup> Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, professora dos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (Brasil), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS PUCRS (Mestrado e Doutorado), Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP, pesquisadora produtividade do CNPq. Contatos: jprates@puers.br

<sup>2</sup> Assistente social da FASC, PMPA, mestre em Serviço Social e realiza doutorado em Serviço Social no PPGSS PUCRS, é professora do Curso de Graduação em Serviço Social da PUCRS e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP

<sup>3</sup> Psicóloga, mestre e doutora em Serviço Social, realiza pós-doutorado como bolsista PNPd (CAPES) no PPGSS PUCRS, credenciada ao PPGSS para orientação de mestrados e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP

<sup>4</sup> Estudante de graduação em Psicologia da PUCRS, bolsista de iniciação científica do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS (apoio FIUC)

<sup>5</sup> Graduada em Serviço Social pela PUCRS, apoio técnico do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS / PUCRS



Reconhecer a convivência dos opostos que conformam as políticas sociais, como instrumentos fundamentais a realização de nosso trabalho, nos impõe o desafio histórico de potencializar os aspectos que privilegiam a resistência, em detrimento da conformação, e exatamente por essa razão, o controle social assume uma relevância primordial e deve ser objeto de profunda reflexão e incidência, no sentido de fortalecê-lo.

Verificamos, com satisfação, que os estudos que privilegiam o controle social tem crescido como temática de teses e dissertações nos Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, o que é extremamente importante, especialmente diante do atual contexto de profunda ofensiva neoliberal, não só via políticas econômicas, mas com repercussões na desregulamentação do trabalho e na minimização do estado social. Mas esta políticas também se materializam por vias que buscam criminalizar o movimento social, desvalorizar os paradigmas epistemológicos que se pautam em valores que almejam novos patamares de sociabilidade, privilegiando o fragmento e o conhecimento contemplativo, que reduzem a qualidade da formação e da pesquisa restringindo sua finalidade a responder às demandas de mercado, a partir de uma pressão avassaladora por constituir uma universidade operacional. A universidade operacional segundo Yasbeck e Silva (2005, 35) tem como pressupostos:

a redução de recursos, o aumento do número de estudantes sem investimento no patrimônio físico, mudanças no sistema de financiamento, a perspectiva da eficiência e o atrelamento da autonomia à reforma administrativa por meio de contratos de gestão” ( YAZBECK e SILVA, 2005, 35)

Por outro lado, ainda são poucas as produções, na área do Serviço Social que privilegiam os movimentos sociais, porque afinal controle social não se realiza apenas via práticas conselhistas, mas a partir dos fóruns populares, da incidência de movimentos na esfera pública, da participação direta do cidadão.

A Constituição Brasileira de 1988 foi resultado da intensificação das lutas e movimentos sociais que marcaram a década de 80 do século XX, após amplo período de ditadura. Essa década, considerada em termos econômicos como a década perdida, conformou um contexto social e gerou combustível para acirrar a pressão social que viabilizou a conquista de espaços, entre os quais a garantia legal da seguridade social.

O caráter de descentralização que marcou o texto legal é resultado não só dessa pressão política, mas também dela decorrente, contudo é importante destacar o aspecto econômico, a necessidade de reduzir os custos de uma política centralizada e com pouca efetividade.

No que concerne a política de assistência social, historicamente moeda de barganha política, vivenciamos, para sua materialização, um processo longo, ora marcado pela recusa de regulamentação do texto constitucional brasileiro, como durante o Governo de Fernando Collor de Melo, ora pela negação das instâncias de controle social, como na



implementação do Programa Comunidade Solidária, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que atuava de modo paralelo ao Conselho Nacional de Assistência Social.

A ainda recente aprovação, portanto, da nova Política Nacional de Assistência Social, realizada em 2004 e do Sistema Único de Assistência Social, em 2005 são grandes conquistas do povo brasileiro, em que pesem seus limites orçamentários e estruturais, especialmente porque se pautam em valores contrapostos a lógica neoliberal, na medida em que incluem a inserção produtiva como parte da proteção social, priorizam a transferência de renda e a matricialidade sócio-familiar, valorizam e distribuem recursos a partir de dados de realidade, pautados em indicadores sócio-territoriais, assumem a primazia do estado na condução da política e as atribuições de monitoramento, vigilância sócio-assistencial e avaliação e principalmente, porque dão centralidade ao controle social, articulado a processos de capacitação. (PRATES, 2006)

Mas a herança histórica de despolitização e subalternidade que marca nossa cultura é um traço que não se supera pelo avanço legal, mas no processo de constituição das instâncias democráticas, logo somos desafiados a problematizar formas larvares de autoritarismo que ainda encontram-se presentes, mesmo nos espaços considerados de resistência. Somos, portanto, desafiados a buscar estratégias de fortalecimento para que retrocessos não imponham limites a gestão democrática e a materialização efetiva dessas conquistas que ainda encontram-se em curso de consolidação, o que passa necessariamente pela mobilização popular e pelo estímulo ao desenvolvimento dos demais processos sociais emancipatórios, tais como a reflexão crítica que instiga consciência, processos educativos e organizativos, a capacitação que os sujeitos desenvolvem enquanto exercitam a participação.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS se constitui num sistema para materialização da Política que tem por objetivo garantir a proteção social a sujeitos e famílias vulnerabilizados, a partir de ações de prevenção, inclusão e proteção social. Como eixos centrais do Sistema destacam-se a integralidade, a territorialidade e a matricialidade sociofamiliar.

A Política, no Brasil compõe o tripé da seguridade social, em conjunto com as políticas de saúde e previdência social e pretende ofertar a garantia de algumas seguranças fundamentais, quais sejam: segurança de sobrevivência, segurança de convívio familiar e comunitário, segurança de acolhida e desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.

A Política de Assistência Social, desde a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 deve ser efetivada de forma descentralizada e sua gestão deve ser realizada a partir de co-gestão entre governo e sociedade, via práticas conselhistas, processos de controle social da sociedade e monitoramento do Estado à rede socioassistencial.



Para a garantia da proteção básica, a política utiliza os Centros de Referência de Assistência Social –CRAS, unidades que devem ser localizadas em territórios onde há maior concentração de populações vulnerabilizadas de modo que seu acesso seja facilitado. Neste espaço além da oferta dos serviços sócio-educativos e de fortalecimento para grupos familiares, podem ser também ofertadas iniciativas para trabalho e geração de renda. O CRAS é a porta de entrada da proteção básica e responsabiliza-se por prestar atendimento às famílias georeferenciadas naquele território, tem como atribuições além do atendimento prestado na unidade, a realização da busca ativa ( buscar usuários que não procuram a unidade, mas encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social no espaço do território abrangido pelo CRAS) e a articulação da rede socioassistencial.

Para a realização da proteção especial de média e alta complexidade o SUAS prevê como porta de entrada os CREAS que ofertam serviços para atendimento de famílias e sujeitos que tenham seus direitos violados, os vínculos familiares rompidos ou inexistentes e necessitem da proteção integral do Estado.

Na Proteção Especial, portanto, os agentes devem prioritariamente prestar atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes, tais como o enfrentamento ao abuso e exploração sexual, abandono, maus tratos, ameaças, violência doméstica, discriminações sociais e restrições a plena vida com autonomia e exercício de capacidades, trabalho infantil, crianças e adolescentes em situação de mendicância, e atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto (LA e PSC) direcionando o foco das ações para a família com vista a potencializar sua capacidade de proteção. (DORNELLES et al, 2009)

Em ambas as estruturas, que tem por objetivo articular as ações de proteção básica e especial, o SUAS prevê, para atendimento aos sujeitos beneficiários, a presença obrigatória de profissionais das áreas de Serviço Social e Psicologia, o que significa um reconhecimento social acerca da importância dessas áreas para materialização da política com qualidade.

Por outro lado, isto exige também o desenvolvimento de novas habilidades e competências de parte desses profissionais em especial para a proteção básica, considerada essencial pelo Sistema entre as quais as que são destacados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) instância governamental nacional responsável pela política

Conhecimento sobre: Constituição Federal de 1988; LOAS/1993; ECA/1990; PNAS/2004; Política Nacional do Idoso/ 1994; Estatuto do Idoso; Política Nacional de Integração da pessoa com Deficiência/1989; NOB/SUAS/2005; Leis, decretos e Portarias do MDS; Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho social com e para famílias, seus membros e indivíduos; Legislações específicas das profissões regulamentadas; trabalhos com grupos e redes sociais



(Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, MDS, 2006 p.18-19).

Destaca ainda o Ministério que os agentes devem ter a capacidade de:

Executar procedimentos profissionais para escuta qualificada individual ou em grupo, identificando as necessidades e ofertando orientações a indivíduos e famílias, fundamentados em pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e legais; articular serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos; trabalhar em equipe; produzir relatórios e documentos necessários aos serviços e demais instrumentos técnico-operativos; realizar monitoramento e avaliação do serviço; desenvolver atividades sócio educativas de apoio, acolhida, reflexão e participação que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária (IDEM).

O presente estudo tem por finalidade contribuir para o aprimoramento de estratégias pedagógicas e processos de reformulação curricular nas áreas de Psicologia e Serviço Social de modo a garantir que os profissionais respondam a essa demanda da sociedade e do mercado, considerando que o espaço da política, seja no âmbito do Estado ou da sociedade civil (rede socioassistencial) tem absorvido contingente significativo de mão de obra desses profissionais e levando-se em conta a relevância dessa política como espaço para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios fundamentais ao enfrentamento das desigualdades, a participação de profissionais críticos e habilitados a desempenhar as competências previstas no Sistema é fundamental.

Considerando ainda que vivemos um contexto de recrudescimento da questão social as demandas por proteção social tendem a ampliar-se e complexificar-se o que exige um atento acompanhamento das Unidades de Ensino, no sentido de contemplar suas particularidades no âmbito da formação, bem como auxiliar a adensar o debate acerca das alternativas para o seu aprimoramento.

A investigação, que ora se apresenta os resultados parciais, é caracterizada como do tipo mista, e fundamentada no método dialético marxiano.

O método dialético-crítico fundamentado em Marx. se pauta numa concepção que se desenvolve, conforme destaca Lefebvre (1991,21):

(...) superando as oposições da forma e do conteúdo, do teórico e do prático, do subjetivo e do objetivo, do para si e do em si. O método não deve desdenhar da lógica formal, mas retomá-la. Portanto, o que é esse método? É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo.



E é o próprio conteúdo, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para a frente incluída a forma. A lógica dialética acrescenta a antiga lógica, a captação das transições, do desenvolvimento, da ligação interna e necessária das partes no todo.

Os enfoques mistos ou quanti-qualitativos passam a ser debatidos e sistematizados a partir da metade da década de 90 do século XX, mas é somente em 2003 que foi publicado por Tashakkori e Tedlie o Handboock of Mixed Methods in the Social e Behavior Science (CRESWELL 2010, 243) produção que apresenta a primeira versão geral sobre essa estratégia de investigação, destacando suas particularidades e caracterizando esse tipo de pesquisa enquanto uma abordagem distinta dos estudos qualificados como quantitativos ou qualitativos. (PRATES, 2010)

Sampiere, Fernández-Collado e Lucio (2006, 753) referindo-se a possibilidade de que este tipo de estudo possa ser caracterizado, como alternativo a oposição entre dados quantitativos e qualitativos destacam que os pesquisadores, aos quais chamam de integradores, são aqueles que “además de asignarles una posición igual a los enfoques cuantitativos e cualitativos, han adoptado la posibilidad de combinarlos em um mismo estudio.”

Este tipo de enfoque pauta-se numa concepção chamada por Creswell (2010, 32) de “reivindicatória e participatória” cujas bases, segundo o autor, buscam fundamento nas obras de Marx, Adorno, Marcuse, entre outros. Este tipo de pesquisa, complementa “ (...) defende que a investigação da pesquisa precisa estar interligada à política e a uma agenda política” (idem) e trata de temas relacionados às expressões da questão social, tais como desigualdade, opressão, dominação, supressão, alienação e capacitações para o seu enfrentamento. (PRATES, 2010)

O estudo utiliza-se de estratégias de investigação como a análise documental de produções acadêmicas, projetos pedagógicos e grades curriculares, além de coletas diretas coletivas, via grupos focais com estudantes e entrevistas com professores e dirigentes das Instituições de Ensino Superior - IES investigadas.

A análise documental, conforme diversos autores que abordam a teoria de pesquisa (Bardin:1977 , Lüdke e André: 1986, Chizzotti:1991; Gil,:1995; Guba e Lincolh: 1981) volta-se para a análise de um ou vários documentos que não foram produzidos pelo pesquisador, ou seja documentos acerca de políticas, normativas, planos, projetos, cartas, obras literárias, filmes, fotos, jornais, revistas, formulários de bancos de dados que compõem dados secundários, entre outros, pré-existentes a investigação, a partir dos quais buscamos informações factuais orientados pelos elementos que norteiam nossos estudos (hipóteses e variáveis ou problemas de pesquisa e questões norteadoras, embora alguns autores admitam a convivência entre ambos<sup>1</sup>) (PRATES e PRATES, 2009)

Guba e Lincoln (1981) destacam que a análise documental representa uma fonte estável e rica de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e



declarações do pesquisador, atribuindo importância destacada a esta técnica para coleta de dados.

Gil (1995) ressalta que a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas, diz o autor, está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Destacaríamos, no entanto, que a revisão ou pesquisa bibliográfica a qual se refere o autor, se difere da análise mais aprofundada de uma obra literária ou de um documento, o que caracterizaria a análise bibliográfica ou documental como técnica de pesquisa, para além da revisão de fontes sobre o tema. (PRATES e PRATES, 2009)

Severino (2002: 47-58) embora não trate da análise textual como uma técnica específica de pesquisa, aporta contribuições relevantes para a realização da análise e interpretação de textos, sejam eles documentos ou obras literárias, passando por alguns processos que assemelham-se a técnica de análise de conteúdo, entre as quais, a análise temática, a análise interpretativa, a problematização e a síntese. (PRATES e PRATES, 2009) .

Para complementação do processo de análise documental serão realizadas entrevistas do tipo semi-estruturadas com gestores de Unidades de Ensino e grupos focais com estudantes finalistas dos Cursos de Graduação em Serviço Social e Psicologia de 2 Unidades de Ensino, uma particular e uma pública.

Os processos de coleta coletiva se constituem em estratégias para a obtenção de dados a partir da realização simultaneamente com muitos elementos do mesmo universo. Como vantagens apresenta a redução do período de coleta, a possibilidade de construções e reflexões grupais, o desenvolvimento de processos sociais durante a coleta. (PRATES, 2003)

Até o presente momento foram realizadas as análises de produções acadêmicas e análise documentais que incluíram os documentos da Política e as Grades Curriculares da totalidade das IES existentes na Região.

O estudo conta com apoio financeiro da PUCRS e do CNPq. Além de contribuir para a formação de pesquisadores, articulando a participação de estudantes de graduação e pós-graduação tem a pretensão de avaliar os conteúdos contemplados nas grades curriculares e as estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas para qualificação de profissionais dessas áreas.

Como primeira etapa do processo realizou-se a análise de documentos da Política que definem as competências requisitadas a estes profissionais, o que foi apresentado anteriormente de modo sucinto. Realizou-se também um levantamento com base em



banco de teses de âmbito nacional e artigos publicados nos principais periódicos da área.

Ao analisar as produções cadastradas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES no período de 1996 à 2010, que apresentaram as palavras-chave Política de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social, verificamos que, de um total de 129 dissertações, 80 eram oriundas de cursos de Serviço Social, 04 de Psicologia e 20 produções de outras áreas. E num total de 39 teses, que apresentaram as palavras-chave 30 eram de cursos de Serviço Social e 09 produções de outras áreas (incluindo 01 do curso de Psicologia) e ainda 05 de cursos profissionalizantes.

No levantamento bibliográfico *online* realizado tendo por base o banco de dissertações e teses cadastradas na biblioteca da PUCRS, que dispõe de 67 dissertações e 52 teses, nas áreas estudadas, apenas 21 dissertações e 11 teses apresentam as palavras chave. E, no recorte de pesquisa realizado, via levantamento bibliográfico junto à revista *Textos & Contextos* (periódico da área) da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, identificou-se as palavras-chave em 08 artigos, considerando um total de 184 artigos. Por fim, na Revista *Psico* do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, identificou-se a palavra-chave (política de assistência social) em apenas 01 artigo.

A partir destes dados podemos perceber que apesar dessa política pública ser relevante e espaço de trabalho para ambos os cursos, a produção acadêmica que a tem como temática central, ainda é pouco expressiva, se comparada a totalidade de produções, o que vem reiterar a necessidade de se dar maior atenção para a formação profissional estimulando a ampliação do debate acerca do tema e de conteúdos que lhe são transversais, contudo verifica-se que, comparando a produção dos últimos 2 anos, com os anteriores, há um crescimento de estudos que abordam a Política e o Sistema.

Por outro lado merece destaque a predominância do Serviço Social na produção acadêmica nacional de dissertações e teses sobre o tema, uma vez que é responsável por 64,4% dessa produção se considerarmos a soma de produções de mestrados e doutorandos, o que destacando apenas as produções de teses, cujos estudos são mais aprofundados, a produção do Serviço Social acumula 76,9 do total da produção nacional.

Para a realização da análise documental das Grades Curriculares do conjunto das Unidades Ensino pesquisadas, além das palavras chave Política de Assistência Social e Sistema único de Assistência Social, foram consideradas as seguintes categorias: territorialidade, matricialidade sociofamiliar, trabalho em redes, trabalho interdisciplinar e intersetorial, práticas conselhistas, abordagens coletivas e participativas, direitos humanos, análises contextuais, investigação social.

Categorias para Marx (1993, 29) “são elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais e dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes em sentido tanto extensivo como intensivo” Podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a



explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade e ao mesmo tempo podem orientar processos interventivos. Convém reiterar no entanto, que sua interconexão com os demais elementos que conformam o fenômeno, na perspectiva dialético-crítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido. (PRATES, 2003)

As unidades de análise foram as disciplinas que compõem as grades curriculares, inicialmente identificadas pelas ementas e posteriormente analisados os módulos desenvolvidos. Contudo, também foram contempladas a orientação para estágios obrigatórios e atividades complementares.

Os resultados mostram que, das 5 IES que disponibilizam o curso de Serviço Social, na Região metropolitana de Porto Alegre - IPA, PUCRS, UFRGS, ULBRA e UNISINOS, a grande maioria das disciplinas que aborda o conteúdo da Política de Assistência Social ou relaciona-se a esta política são ofertados pelas Faculdade de Serviço Social, com destaque para a Faculdade de Serviço Social da PUCRS que disponibiliza 15 disciplinas, a partir do novo currículo que passa a vigorar a partir de 2009, isto deve-se ao fato da faculdade ser pioneira em Porto Alegre, ofertando o Curso de Serviço Social desde 1945.

Soma-se a isto o fato de a Unidade disponibilizar o único Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da região, o que favorece a integração entre Graduação e Pós-Graduação, a realização de estudos e pesquisas e a qualificação da grade curricular a partir dos estudos efetivados.

A Unidade também vem se constituindo como referência na área, na medida em que participa de estudos nacionais sobre a temática, associada a outras Unidades de Ensino, realiza, a partir da atuação de seus professores atividades técnicas importantes, como palestras, cursos, participação em Conferências de Assistência Social de âmbito local, regional e nacional e também por ter sido responsável por diversas capacitações realizadas junto ao Governo do Estado e prefeituras municipais, onde se destaca a Prefeitura de Porto Alegre para implantação do SUAS, quando foram capacitados mais de 800 agentes, entre trabalhadores, conselheiros, além da realização de assessorias e consultorias.

Destaca-se também a produção de 2 livros sobre o tema, elaborados pela Unidade e um terceiro de circulação nacional, do qual a unidade participou da pesquisa e da produção bibliográfica. Todos estes aspectos abordados ampliam o domínio de professores sobre a temática o que favorece a sua mediação em sala de aula e o estímulo ao debate e ao aumento da produção acerca dos conteúdos centrais e transversais a política.

A UFRGS disponibiliza 7 disciplinas que aborda o conteúdo ou relaciona-se a política, sendo importante destacar que é o primeiro ano da Faculdade de Serviço Social naquela Unidade. A Unisinos oferta 6 disciplinas, a ULBRA 5 e o IPA 3.



Em relação ao curso de Psicologia, num total de 9 IES a UFRGS se destaca por disponibilizar 11 disciplinas abordando a temática ou conteúdos relacionados a Política de Assistência Social, sendo importante ressaltar que o curso de Psicologia iniciou na UFRGS em 1973. A UFCSPA oferta 1 disciplina que aborda o conteúdo, o IPA oferta 2 e o ESADE oferta apenas 1 disciplina.

Outro aspecto relevante é a verificação de que a temática não é abordada nas seguintes faculdades: PUCRS (possui o curso desde 1953), ULBRA, UNISINOS, FEEVALE e IBGEN. o Serviço Social devido a identidade histórica da profissão junto a assistência mesmo antes dela ser reconhecida como política pública, ou seja como direito do cidadão e dever do Estado (LOAS, 1993) ainda é pequena a produção da psicologia devido ser recente a inserção da profissão no Sistema.

Porém, é importante ter claro que a precarização do ensino acaba por afetar a formação profissional de inúmeras formas, sendo um aspecto a ser considerado. Isto principalmente quando são exigidas novas competências, como as postas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Contudo, cabe destacar que a flexibilização curricular não objetiva somente a ampliação da qualificação do ensino, também acaba garantindo a sustentabilidade; logo, a flexibilização curricular é contraditória, pois ao mesmo tempo em que viabiliza a inclusão de novas demandas, também é marcada pelo processo de tecnificação, redução de carga horária para pesquisa, entre outras iniciativas que explicitam a precarização. Estas iniciativas somadas a ampliação do Ensino à Distância (EAD), ou no âmbito das políticas públicas, a hipertrofia do terceiro setor, são ameaças a processos em curso que impactam na formação e no fortalecimento das políticas públicas. Sendo assim, é fundamental que reconheçamos estes movimentos como parte da disputa entre projetos políticos que se opõem (PRATES, 2007).

Reitera-se portanto, que os dados preliminares sobre a produção das duas áreas mostram que apesar dessa política ser muito importante para ambas, a produção acadêmica sistematizada e divulgada, as tendo como temática central, ainda é bastante restrita, o que vem reiterar a necessidade de maior atenção para este tema na produção de conhecimentos e na formação profissional. Porém, se verifica que há um crescimento dessa produção no último período e preocupação de ambas as áreas, seja em garantir sua inclusão na grade curricular de projetos pedagógicos em reformulação, ou em estimular o curso de disciplinas eletivas em outras áreas que trabalhem esses conteúdos.

No caso da Psicologia observa-se que os graduandos buscam realizar disciplinas que abordam a política como disciplinas optativas em cursos que a ofertam, isto tem significado um aumento importante da procura de alunos da psicologia por disciplinas ofertadas pelo Serviço Social, pelo menos na PUCRS, nossa Unidade de origem.

### **Bibliografia**



ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

BARDIN, Laurence. L'analyse de contenu. France : Presses Universitaires, 1977.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS Lei Orgânica de Assistência Social, 1993. MDS, 2003. [www.mds.gov](http://www.mds.gov) acesso em julho de 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, MDS, 2004. [www.mds.gov](http://www.mds.gov) acesso em julho de 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. NOB-SUAS. Brasília, MDS, 2005. [www.mds.gov](http://www.mds.gov) acesso em dezembro de 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. NOB-SUAS/ RH Brasília, MDS, 2006. [www.mds.gov](http://www.mds.gov) acesso em março de 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Brasília, 2006 [www.mds.gov](http://www.mds.gov) acesso em maio de 2007.

BRASIL. Constituição Federal, Código Civil, Código de Processo Civil Yussef Said Cahali (org) 4ed. Rev. Atul e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CASTEL, Robert. As Armadilhas da exclusão in CASTEL, WANDERLEY e WANDERLEY. Desigualdade e a questão Social. São Paulo: EDUC, 2000.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: Uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CRESSWELL, O projeto de pesquisa; métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, Artmed, 2010.

IAMAMOTO, M.V. Projeto Profissional: espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. Atribuições privativas do(a) assistente social. Em questão. Brasília: Conselho Federal de Assistentes Sociais, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social em tempo de Capital Fetiche. São Paulo, Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Henry. Lógica formal/lógica dialética. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa, edições 70, 1993



MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. SP: Hucitec, 1993.

PRATES, Jane Cruz. Possibilidades de Mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

----- O Planejamento da Pesquisa Social. Revista Temporalis, nº. 7. Porto Alegre: ABEPSS, 2003a.

----- Gestão como processo social e gestão da política de assistência social. in Mendes, J. PRATES, J C e AGUINSKY B. Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006.

----- A mediação da teoria e do método marxiano na formação profissional. Artigo. Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Foz do Iguaçu, ABEPSS, 2007.

----- La conjuntura y los desafíos para la enseñanza y la investigación en el enfrentamiento a la cuestión social, Buenos Aires, EPAL, 2009.

----- A avaliação de políticas sociais e o enfoque misto na pesquisa. Anais do ENPESS. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.

PRATES, Jane C; MENDES, Jussara M. R. AGUINSKY, Beatriz. Refletindo sobre avaliação: a construção de uma razão inclusiva. Artigo, Porto Alegre Revista ADPPUCRS, 2006.

PRATES, Jane C.; COUTO, Berenice Rojas e AGUINSKY, Beatriz. Ciudadanía y Democracia: La construcción de derechos políticos, civiles e sociales desde la experiencia de Brasil. Anais do VI Congreso de Trabajo Social de Paraguay, Asunción, 2007.

PRATES, Jane Cruz e PRATES, Flavio Cruz. Problematizando a técnica de análise documental no Serviço Social e no Direito. Revista Sociedade em debate, V.15, n2, UCEPEL, Pelotas, 2009.

SAMPIERI, Roberto H. FERNÁNDEZ-COLLADO, Carlos e LUCIO, Pilar B. Metodología de la investigación. 4 ed México, McGRAW-HILL, 2006.

YASBECK, Carmelita e SILVA Maria Ozanira. Serviço Social Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil. São Paulo, Cortez, 2005.

